

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE FORTALEZA SOBRE O TEMA HABITAÇÃO.

Aos três dias de julho de dois mil e seis, às dezesseis horas e quarenta minutos, na Câmara Municipal de Fortaleza, situada à Rua Thompson Bulcão, 830, no Bairro Luciano Cavalcante, em Fortaleza – Ceará, a Senhora Ana Paula Rabelo declarou aberta a audiência do Plano Diretor Participativo de Fortaleza sobre o tema Habitação. Informou que as inscrições para o referido evento se encerrariam as dezessete e quarenta, informou ainda que todas as propostas para serem apreciadas e aceitas deveriam ser escritas e assinadas pelos proponentes. Para presidir esta audiência foi convocado o Vereador Salmito Filho, que cumprimentou e saudou os presentes e fez a composição da mesa com os seguintes convidados: Sr^a Olinda Marques, Presidente da Habitafor, a Sr^a Beatriz Rufino, representando a Secretaria de Planejamento e Orçamento – SEPLA, o Sr. José Lavor representante da Caixa Econômica Federal, o Prof. Carlos Lima Verde, representante do Planefor e o Sr. Raimundo Maia Almeida, representante do núcleo gestor. Estiveram presentes ao evento o vereador Lula Moraes, liderança do PC do B e o Sr. Eduardo de Assis, assessor do mandato da vereadora Fátima Leite, Guilherme Sampaio, Líder da Prefeita e Vereador José Carlos Vasconcelos. Depois da composição da mesa, o Vereador Salmito Filho falou da importância dos habitantes de Fortaleza participarem e discutirem sobre o Plano Diretor Participativo de Fortaleza, que no seu ponto de vista, é o instrumento básico da política de desenvolvimento urbano da cidade e a temática habitação é de extrema importância na vida de todo o ser humano. A representante da Sepla, Beatriz Rufino fez o uso da palavra para saudar os presentes e colocou um breve resumo das atividades já desenvolvidas até esse momento. O Sr. José Lavor fez o uso da palavra para também saudar os presentes e acrescentar a importância da parceria entre Caixa Econômica e Prefeitura Municipal de Fortaleza. Os demais componentes da mesa fizeram o uso da palavra para saudar os presentes e ressaltaram a importância do plano diretor. A Sr^a Olinda Marques fez o uso da palavra para falar da parceria entre o Governo Federal, a Caixa Econômica Federal e a Prefeitura de Fortaleza na construção e elaboração do Plano Diretor Participativo, o qual conta também com efetiva participação de todos os segmentos da cidade. O Vereador Salmito Filho desfez a mesa de abertura e foram convocados os técnicos da Habitafor Daniel Rodrigues, Larissa Rolim, coordenadora de Programas Habitacionais e Wil Maranhão, coordenador da Regularização Fundiária. O Sr. Daniel fez o uso da palavra para fazer a apresentação técnica do diagnóstico da Habitação de Interesse Social. Depois da exposição foi aberta a fala para o Sr. Carlos Lima Verde do Planefor, o qual fez uma apresentação dos trabalhos do Planefor. Depois das apresentações foi aberto o debate. O debate foi coordenado por Daniel Rodrigues e Will Maranhão. O primeiro a fazer uso da palavra foi o Sr. Guilherme Sampaio, representante da associação Novo Paraíso. Em sua fala afirmou que o movimento popular defende que os projetos sobre habitação sejam transformados em lei e que os instrumentos para a promoção de fiscalização e punição para combater a especulação imobiliária sejam implementados. A segunda pessoa a fazer o uso da palavra foi o Prof. Marcondes, representante da UFC no Núcleo Gestor do PDPFor, que falou da questão técnica e questionou o uso da palavra “Social” dissertando sobre o que significa a palavra. Ressaltou que o Plano Diretor bem como o Estatuto das Cidades deve incluir todos os habitantes das cidades. O terceiro a falar foi Cosme Gomes que fez a solicitação de uma grande ZEIS do Pirambu até a Barra do Ceará, alegou que essa área é carente de infra-estrutura urbana e necessita de construção de casas, escolas, hospitais e postos de saúde, lembrou também que nesta área as construções de edifícios não deveriam ultrapassar o quarto andar, favorecendo a passagem de

ventilação para as áreas distantes do litoral. A quarta pessoa a falar foi o Sr. Amando Costa, coordenador do Plano Diretor da cidade de Maranguape. Em sua fala constatou a preocupação de que o Plano Diretor não incluiu a Região Metropolitana de Fortaleza, que no seu entender devem fazer o planejamento em conjunto. Questionou que a apresentação ficou focada somente na legislação e no déficit. Lembrou ser preciso considerar a qualidade dos conjuntos habitacionais que estão sendo construídos. Alegou que muitos deles não tem ventilação apropriada e chamou a atenção dos arquitetos presentes para isso. A quinta pessoa a falar foi Sr^a Márcia, representante do Jardim Iracema pelo MCP. Em sua fala acrescentou a importância da implantação da ZEIS no grande Pirambu e ZEIS de vazios urbanos na Av. Francisco Sá dando uma utilidade social aos espaços vazios. Perguntou qual a quantidade real das áreas de riscos em Fortaleza e a situação do Conselho de Habitação da cidade, quem compõe o conselho, se a sociedade civil está inserida neste conselho. Para essas cinco intervenções a mesa fez esclarecimentos. Will Maranhão, componente da mesa, lembrou que todas as propostas tem que ser escritas e posteriormente apresentadas. Sobre o questionamento sobre habitação de interesse social ele explicou que seu objetivo é suprir as necessidades da população que não tem acesso à habitação. Sobre as áreas de risco Wil falou que oficialmente em Fortaleza existem cento e cinco áreas de risco. O poder público tem um trabalho técnico para definir áreas de risco, por isso existem lugares que a população reconhece como área de risco e o poder público não, isso é justificável porque essas áreas não apresentam todas as características para essa definição. Quanto o Conselho de Habitação, Will alegou que na gestão passada ele não estava atuante e ainda tinha problemas legais, várias entidades e inclusive secretarias da prefeitura que compunham o conselho já tinham sido extintas. Com a nova gestão houve reuniões do conselho com as entidades e o acompanhamento do Habitafor, que constataram problemas. O conselho é paritário e deliberativo. Depois dessas considerações, abriu-se novamente a fala para a plenária. A primeira a falar nesse bloco foi Gorete, moradora de área de risco, que em sua fala chamou a atenção para a importância das relocações preservarem um pouco da cultura dos relocados como por exemplo: que a relocação seja feita próxima da área, que os vizinhos continuem vizinhos, que não sejam alterados os vínculos familiares e que os meios de subsistência possam ser garantidos. A próxima a falar foi Maria Araújo, assistente social, que questionou a metodologia da separação/fragmentação das audiências por tema, visto que todos eles devem ser tratados em conjunto. Elenilson, representante da FBFF, fez o uso da palavra para salientar que a administração está abrindo espaço para o movimento popular e lembrou que isso não é nenhum favor, é sim uma obrigação. A Sr^a Assunção pediu a palavra e falou sobre a realização do encontro das comunidades pela ONG Cearah Periferia que originou um projeto sobre a criação de ZEIS. Acrescentou que deveria ser criada uma comissão de fiscalização do cadastro único e que as famílias do Passaré precisam relocadas no próprio bairro. Terminado o debate, passou-se para as propostas apresentadas por escrito. As propostas estão transcritas nesta ata conforme apresentadas em audiência. O número total de propostas foi de trinta e uma, e se enquadram em quatro categorias.

Categoria 01 - princípios gerais: 1) garantia de execução de equipamentos comunitários básicos que atendam a demanda não só atual, mas também aos grandes empreendimentos de HIS (habitação de Interesse Social) em planejamento. 2) prazos mais curtos para análise de processos referentes HIS pela prefeitura, sugere-se o prazo de trinta dias. 3) estímulo a construção de habitação popular com a redução da carga tributária e a participação do Município nos custos de Infra-estrutura. 4) que os projetos de reassentamento respeitem a cultura local e ocorrem em áreas próximas. 5) promover o acesso a moradia digna para as famílias que vivem em áreas públicas, de risco, loteamento irregulares ou clandestinos. 6) revitalizar as terras ribeirinhas com projetos sustentáveis, tais como hortas comunitárias, criação de tilápias, etc.

Categoria 2 - diretrizes para o macrozoneamento: 1) limite de quatro andares para área oeste, entre a barra do ceará e o Kartódromo. 2) transformar as atuais ZT, ZA4.1 e ZA4.2 em ZA.

Categoria 3 - sugestão de implantação de instrumentos: 1) possibilidade de utilização dos imóveis vagos como alternativa para o déficit habitacional. 2) comissão para fiscalizar o cadastro único da prefeitura. 3) criação de uma ZEIS que contemple as comunidades do Alto Alegre, Planalto Vitória, Jardim Fluminense e Parque Presidente Vargas, localizadas entre a CE-040 e a Rua Eduardo Pereira e entre o Aracapé (trilho da via férrea) e o rio Siqueira. 3) política de ação para transformação em ZEIS do terreno localizado na Rua Venezuela, esquina com a rua Queiroz Ribeiro para construção de casa da comunidade Tieta no Montese. 4) ZEIS de vazio no centro da cidade. Imóveis: a) Rua Tristão Gonçalves com Senador Alencar; b) Rua Pedro Pereira com Barão do Rio Branco (INSS); c) Rua Guilherme Rocha com Major Facundo (hotel Excelsior); d) Hotel Savannah na Praça do Ferreira; e) Rua Pedro Pereira com Sena Madureira (TELECEARA); f) Governador Sampaio com Pinto Madeira. 5) Instituição de um comitê gestor para acompanhar a implantação do Plano Diretor com núcleos nos bairros. 6) ZEIS na comunidade Novas Canudos no Bairro Bom Jardim. 7) ZEIS de vazio urbano no bairro Alagadiço Novo. Áreas apontadas como vazios: a) Av. Isabel Maia de Alencar com Rua Manuel Teixeira; b) Rua Gentil Gomes com Rua José Mário Mamede; c) Rua Gentil Gomes com Rua Jonas Sampaio. 8) Regulamentar instrumentos que garantam o financiamento de áreas para HIS, tais como outorga onerosa do direito de construir. 8) Instrumento de fiscalização e punição e punição das ocupações irregulares em áreas de preservação ambiental. 9) instituir o orçamento participativo como um dos instrumentos do plano diretor. 10) ZEIS no Pirambú, parte do Cristo Redentor e parte da Barra do Ceará, da Leste-Oeste até a Praia e do Kartódromo até o Rio Ceará. 11) ZEIS de vazio urbano nos terrenos da Esmaltec, Del Rio, Olical e Brasil Oiticica na Av. Francisco Sá. 12) ZEIS na área do Planalto Pici localizada entre as ruas Guimarães Passos, Estado do Rio, Pernambuco, Coronel Matos Dourado e Carneiro Mendonça. 13) ZEIS no grande Lagamar. 14) ZEIS na sapiranga/Coité. Quadra 1 Av. Conselheiro Gomes de Freitas, rua Sandra Gentil, rua Dr. Hernesto Monteiro, Rua Guiomar Novais e rua Valdemar Alcântara. Quadra 2 rua Euclides Onofre de Sousa, rua Firmino Ananias Cardoso, rua Pedro Miguel e Av. Conselheiro Gomes de Freitas. Quadra 3 rua Evilário Almeida de Miranda, rua Dalton Arruda, rua Euclides Onofre de souza e rua Valdemar de Alcântara. Quadra 4 rua Mario linhares, rua dr. Joaquim Frota e rua Pedro Miguel. Quadra 5 Av. Conselheiro Gomes de Freitas, rua Euclides Onofre de souza e rua Eptácio Ribeiro. 15) ZEIS nas comunidades do bairro de Fátima mais precisamente em a) comunidade Aldaco Barbosa, localizada na rua bartolomeu de Gusmão entre as avenidas Aguanambi e Borges de Melo e a rua do trilho; b) comunidade alto da paz, entre as ruas assunção e padre roma c) comunidades nossa senhora de Fátima entre a rua dom Sebastião Leme e suas paralelas 16) destinação de 5% dos projetos de moradia para deficientes físicos seguindo a lei 8147/98 17) instituição de um comitê gestor para a implementação do plano diretor com núcleos nos bairros.

Categoria 4 - ações estratégicas (projetos urbanísticos e projetos espaciais): 1) Local as famílias do Riacho Doce/Passaré no próprio bairro, pois existem terrenos apropriados. 2) requalificação da área do entorno do Riacho Pajeú, tirando o mercado atacadista e substituindo-o por área verde e de habitação de interesse social. 3) publicar o cadastro único na internet.

Nada mais tendo a relatar eu, Antonia Cleide da Silva Madeiro, auxiliar técnica da Secretaria de Orçamento e Planejamento de Fortaleza, lavrei a presente ata.